

# PERSPECTIVAS E CONTROVÉRSIAS DA SOCIOLOGIA: CRISE PARADIGMÁTICA OU DIVERSIDADE EPISTEMOLÓGICA?

*PROSPECTS AND CONTROVERSIES OF SOCIOLOGY:  
CRISIS OR PARADIGMATIC EPISTEMOLOGICAL DIVERSITY?*

Joana Brito de Lima<sup>6</sup>

## RESUMO

A Sociologia surge no Século XIX, demarcando suas fronteiras com as outras ciências e com a Filosofia (metafísica). Os primeiros sociólogos, representados pelo Positivismo de Comte e influenciados pelo Materialismo histórico-dialético de Marx, assumem o desafio de legitimar um método de pesquisa específico, assim como seus objetos e objetivos de estudo. No Século XX os *clássicos*, Durkheim e Weber, garantem a autonomia sociológica e sua independência teórica. Entretanto, as mudanças sociais parecem escapar dos modelos de análise e exigem adaptações dos tradicionais métodos de pesquisa. Anuncia-se, então, na passagem ao Século XXI, uma crise paradigmática nas Ciências Sociais que atingiria principalmente a Sociologia. Mas será mesmo possível defender paradigmas sociológicos? Houve alguma teoria hegemônica e consensual? A Sociologia conquistou sua independência científica em relação à Filosofia e às demais ciências? Como as mudanças filosóficas influenciaram na formação epistemológica da Sociologia? São, enfim, as principais questões que impulsionam esse breve estudo sobre um tema tão controverso quanto instigante para pensar os fundamentos e os pressupostos das análises sociológicas. Assim, o objetivo do artigo é investigar a epistemologia sociológica, sem buscar respostas definitivas, pois se trata de uma discussão inesgotável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia. Epistemologia. Filosofia. Metafísica.

---

<sup>6</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela UFJF, Mestre em Filosofia, PPGFIL/UFRN e graduada em Ciências Sociais, UFRN, Professora da UFPI.

## 1 INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais surgem no mundo acadêmico e científico no Século XIX, período marcado pela diferenciação científica do conhecimento e por uma busca de autonomia das ciências em relação à Filosofia. A Sociologia destaca-se como a principal área de pesquisa dos elementos que compõem a sociedade, demarcando fronteiras muito sutis com a Antropologia, direcionada aos aspectos culturais, de a Ciência Política, está mais voltada para analisar os sistemas de poder e dominação social. Embora as fronteiras entre as três ciências descritas acima não sejam rígidas, o objetivo desse breve estudo é pensar os desafios epistemológicos enfrentados apenas pela Sociologia, desde o seu surgimento até os atuais anúncios de crise e mudanças paradigmáticas.

O Positivismo é o referencial de análise do pioneiro da Sociologia, Auguste Comte, tornando possível a fundação da ciência da sociedade. Considerada uma verdadeira “Física Social”, a investigação sociológica assimilava o padrão das ciências exatas e naturais, defendendo a objetividade do conhecimento e a obtenção de teorias que atingissem o *status* de leis científicas. Atribui-se a Comte a tentativa de formular uma lei da evolução do pensamento social que expressaria a trajetória histórica do conhecimento: o primeiro estágio evolutivo é teológico, superado pela fase metafísica e atingindo o ápice com a filosofia positiva, pretensamente a ciência definitiva e de explicação totalizante, tendo por objetivo conhecer completamente a realidade social.

Segundo Comte, a nova forma de investigação científica deveria superar os “resíduos da metafísica” (GIDDENS, 1998, p. 175) e fundar sua própria metodologia, ainda que inspirada nos procedimentos das ciências naturais: observação, experimento e comparação. Nota-se que a pretensão positivista é conhecer os fenômenos sociais enquanto realidades exteriores aos pesquisadores, podendo estabelecer leis inscritas no funcionamento da sociedade e até controlar os resultados, no sentido de uma utilização prática do conhecimento; Comte defende a aplicação das teorias que favoreçam a industrialização e o progresso conciliado à ordem social.

A abordagem positivista é a primeira metodologia sociológica desenvolvida para romper com a metodologia filosófica e apreender a realidade

dos fenômenos. Com a passagem para o século XX se intensificam as investidas para consolidação científica da Sociologia, embora o método positivista seja gradativamente superado por outras metodologias. Atribui-se a Émilie Durkheim (1978) e a Max Weber (1979) o reconhecimento e a legitimação das pesquisas sociológicas fundamentadas sobre métodos específicos das Ciências Sociais, sem a necessidade de utilizar parâmetros inadequados ao seu objeto de análise, como os métodos das ciências naturais e exatas.

Émilie Durkheim, com “As regras do método sociológico”, define o objeto e o método de pesquisa da Sociologia, declarando sua independência em relação às reflexões filosóficas. A sociedade é o objeto analisado como “coisa” (dado empírico) e se constitui como um complexo integrado de fatos sociais, formando uma realidade *sui generis* que se impõe acima dos indivíduos. Durkheim (1978) apresenta uma sociologia funcionalista, voltada para o conhecimento das funções e dos valores relacionados às organizações sociais e aos sistemas de pensamento (representações e consciência coletiva). A sua preocupação epistemológica encontra-se especialmente na Conclusão da obra “As formas elementares da vida religiosa”:

Assim, a Sociologia parece ser chamada a abrir um novo caminho para a ciência do homem. Até aqui, estávamos colocados diante desta alternativa: ou explicar as faculdades superiores e específicas do homem, reduzindo-as às formas inferiores do ser, a razão aos sentidos, o espírito à matéria, o que levaria a negar a sua especificidade; ou então ligá-las a qualquer realidade supra-experimental que se postulasse, mas de que nenhuma observação poderia estabelecer a existência. [...] Mas, desde o momento em que se reconheceu que, acima do indivíduo, existe a sociedade, e que esta não é um ser nominal e de razão, mas um sistema de forças atuantes, uma nova maneira de explicar o homem tornou-se possível. (DURKHEIM, 1978, p. 182).

Se Durkheim (1978) é reconhecido como um *clássico* das Ciências Sociais devido ao empenho em definir a metodologia adaptada ao objeto pesquisado, Max Weber (1979) possui o mérito de ampliar a atuação do pesquisador, na medida em que considera a subjetividade como o elemento metodológico indispensável. Weber inclui na Sociologia os pressupostos

valorativos que atribuem sentidos aos conhecimentos alcançados. Cabe ao sociólogo compreender os motivos e os valores implícitos nas ações individuais, além de assumir suas premissas subjetivas que determinam os rumos da pesquisa. O resultado esperado é a objetividade do conhecimento, sua validação mediante critérios de demonstrabilidade. Weber (1979) torna mais precisa a metodologia sociológica, afirmando que os sentidos (visões de mundo) não podem ser simplesmente colhidos como dados empíricos imediatos, mas devem ser criados constantemente pelos sociólogos em suas interações sociais:

Não existe qualquer análise científica puramente **objetiva** da vida cultural, ou [...] dos **fenômenos sociais**, que seja **independente** de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa. (WEBER, 1979, p. 87).

Compondo o quadro clássico das Ciências Sociais e retornando ao Século XIX destacam-se Marx e Engels (1979). Ainda que não sejam propriamente sociólogos, também contribuíram para a formação da teoria social com o materialismo histórico-dialético, proporcionando o desenvolvimento posterior da abordagem sociológica e política e fortalecendo a tendência de analisar os fenômenos sociais a partir dos seus componentes empíricos (a *práxis* das sociedades).

Anuncia-se, então, na passagem ao século XXI, uma crise paradigmática nas Ciências Sociais que atingiria principalmente a Sociologia. Mas será mesmo possível defender paradigmas sociológicos? Houve alguma teoria hegemônica e consensual? A Sociologia conquistou sua independência científica em relação à Filosofia e às demais ciências? Como as mudanças filosóficas influenciaram na formação epistemológica da Sociologia? São, enfim, as principais questões que impulsionam esse breve estudo sobre um tema tão controverso quanto instigante para pensar os fundamentos e os pressupostos das análises sociológicas. Assim, o objetivo do artigo é investigar a epistemologia sociológica, sem buscar respostas definitivas, pois se trata de uma discussão inesgotável.

## 2 DILEMAS E DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS

A Sociologia se estabelece como o conhecimento pretensamente objetivo da realidade social, ainda que se trate da visão de mundo adotada pelo pesquisador para atingir resultados verdadeiros e definir conceitos e teorias a respeito da sociedade. Assim, a pesquisa sociológica enfrenta um duplo desafio colocado desde sua instituição: definir uma metodologia específica e delimitar o objeto pesquisado. Ao se distanciar dos métodos e referenciais teóricos precedentes (ciências naturais e metafísica), as teorias sociológicas clássicas, entre o final do Século XIX e o início do XXI, assumem o compromisso de consolidar as bases e os fundamentos científicos das pesquisas sociais.

A controvérsia a respeito das limitações metodológicas se instala na medida em que a Sociologia se empenha na investigação dos fenômenos sociais e se depara com a exigência de se readaptar às transformações históricas sofridas por seu objeto de estudo (sociedade). A partir de meados do Século XX à passagem ao XXI, o impacto das mudanças históricas sobre a sociedade-objeto exige uma readaptação metodológica e teórica, colocando em questão os alicerces que até então sustentavam as análises sociológicas. Surgem assim os alarmantes anúncios de inconsistência epistemológica da Sociologia, evidenciando a ausência de consenso entre os teóricos e a insuficiência dos conceitos até então empregados.

Percebe-se uma paradoxal situação das Ciências Sociais, que atinge principalmente a Sociologia. Trata-se da contradição entre readaptar constantemente os métodos, conceitos e objetos analisados e o risco de sucumbir à **Crise dos Paradigmas**<sup>7</sup>. O paradoxo consiste em assumir metodologicamente a diversidade das teorias sociológicas, divididas em escolas de pensamento opostas, e ao mesmo tempo considerar que tal discordância provoca uma crise paradigmática na Sociologia.

A suposta crise revela um problema epistemológico inscrito nas tentativas de obter conhecimento objetivo sobre a sociedade. A constatação de

---

<sup>7</sup> O termo empregado, aqui, não é atribuído a um autor específico, pois se trata de uma referência indireta a teóricos de diferentes perspectivas, como Thomas Kuhn, Robert Merton, Edgar Morin, Jeffrey Alexander, Octavio Ianni, entre tantos autores que se referem à polêmica dos paradigmas científicos da Sociologia em destaque nos meados do Século XX e, quiçá, ainda em voga no Século XXI.

um possível esgotamento dos paradigmas que regiam as teorias sociológicas é um indício de que os procedimentos metodológicos e os fundamentos epistemológicos precisam ser questionados. Em suma, o investimento da Sociologia em conquistar seu estatuto de ciência independente acabou trazendo à tona uma polêmica enraizada nas suas próprias bases.

Se há uma crise até hoje instalada na Sociologia não seria um reflexo do modo como os fenômenos sociais foram abordados? As sociologias contemporâneas representam respostas para o dilema instaurado. A busca por independência teórica e objetividade é colocada sob suspeita com o advento das críticas aos métodos sociológicos clássicos. De acordo com Jeffrey Alexander (1987) as condições definidoras da crise do paradigma nas ciências naturais são os fundamentos básicos das ciências sociais. O argumento de Alexander gira em torno da defesa das discussões conceituais que geram dissenso e desacordo, pois não há unanimidade quanto a natureza empírica do objeto pesquisado.

A pesquisa sociológica analisa valores que envolvem os estados mentais difundidos na sociedade e também nos referenciais assumidos pelos pesquisadores. Segundo Alexander (1987), o método adequado para lidar com o caráter polissêmico das Ciências Sociais consiste no discurso através do qual diversas perspectivas lançam suas interpretações sem pretensão de atingir um consenso. A sua proposta do “**Novo movimento teórico**” considera que a oposição entre macro e microteorizações envolvendo ação e estrutura deve ser substituída por uma teoria multidimensional, capaz de contribuir para o avanço do pensamento sociológico.

A ausência de concordância teórica é uma forte razão para colocar em dúvida os métodos sociológicos. Esse debate se enriquece com o artigo de Octavio Ianni, “**A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação**” (1990), por concentrar as questões centrais da discussão. Ianni (1990) critica as visões reducionistas que separam as interações entre indivíduo-sociedade e sujeito-objeto, pois defende a relação de **cumplicidade** e proximidade indispensável entre o sociólogo e os fenômenos sociais. Os argumentos do autor contribuem para refutar a autonomia teórica da Sociologia: as presenças da fenomenologia e da hermenêutica, o retorno da sociologia contemporânea ao debate filosófico e a franca utilização de

metodologias filosóficas atuais nos métodos das pesquisas sociológicas e antropológicas mais recentes indicam a possível superação e refundação da Sociologia.

O fato é que as teorias sociológicas devem acompanhar o movimento seguido pela sociedade e admitir que o conhecimento alcançado não é o reflexo imediato daquele objeto estudado. A questão que se esconde sob toda a polêmica metodológica se volta para o pressuposto de que haveria uma realidade **em si** a ser decifrada sociologicamente. No entanto, a realidade e a sociedade, com seus fenômenos e interações, resultam da construção de sentidos que promovem a própria existência social. A crise paradigmática gera debates e discussões a respeito da diversidade de teorias obtidas por cada tendência sociológica, pois as diferenças conceituais mostram que não há uma objetividade do conhecimento, mas perspectivas e interpretações diferentes que mudam de acordo com o referencial construído.

O impacto das mudanças sociais impulsiona a constante atualização das ciências que estudam a sociedade; isto significa assumir que a Sociologia estuda um objeto que nunca se encontrará **pronto, definido e definitivo**, pois se trata de uma **realidade viva** e sem regras fixas, impossível de ser apreendida na sua completude. Este pressuposto, indispensável para o êxito da análise sociológica, mostra que a teoria é uma atribuição de sentido para interpretar a realidade, sendo esta uma construção social que resulta da própria interpretação.

As Ciências Sociais, em geral, atuam como re-significação de sentidos produzidos socialmente, conforme as interações entre os indivíduos e os acontecimentos históricos e culturais. Resta à Sociologia retraduzir e ao mesmo tempo criar os significados que compõem a realidade social pesquisada. As teorias são produtos da subjetividade e análise científica do pesquisador e não um retrato fiel da realidade. O antropólogo Clifford Geertz (1989), por exemplo, defende que a pesquisa antropológica resulta de uma dupla hermenêutica, gerada pela **fusão de horizontes** dos nativos e dos pesquisadores. As culturas são textos que revelam visões de mundo específicas e as investigações científicas atuam como re-interpretação dessas interpretações, pois “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. [...] Trata-se, portanto, de ficções;

ficções no sentido de que são **algo construído, algo modelado** - o sentido original de *fictio* [...].” (GEERTZ, 1989, pp. 25-26, grifo do autor). Sem recorrer ao controverso tema da crise paradigmática, Geertz (1989) mostra que as pesquisas sobre cultura e sociedade podem superar a busca por objetividade científica e assumir a vocação interpretativa para construir o conhecimento.

Anthony Giddens (1998), ao afirmar a importância dos clássicos fundadores da Sociologia para pensar as questões da atualidade, defende que as pesquisas sociológicas são reflexos dos seus contextos históricos, sendo consideradas interpretações que se renovam conforme as mudanças sociais. Segundo Giddens (1998), “na teoria social, algo como um novo capítulo se abriu quando, aproximadamente nos últimos vinte ou trinta anos, a divisão entre positivismo e hermenêutica começou a ser questionada” (1998, p. 20). A afirmação do autor indica o momento de transição sofrido pela Sociologia ao ser reorientada através de novas perspectivas influenciadas por abordagens diferentes, conforme conclui: “não há, hoje, um **consenso ortodoxo** que substitua o que foi utilizado de forma dominante até aproximadamente os anos 1970. Tampouco há uma desordem completa” (GIDDENS, 1998, pp. 20-21, grifo do autor). E é justamente a respeito da impossibilidade de teorias consensuais que surgem os dilemas paradigmáticos da Sociologia, após o período de fundação de suas bases pelos sociólogos clássicos: Comte, Durkheim, Weber, incluindo os que apresentaram uma continuidade das teorias clássicas: Talcott Parsons e Robert Merton, e os primeiros antropológicos: Tylor, Morgan, Malinowski e Boas<sup>8</sup>.

### 3 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS: VERDADES E SUSPEITAS

Ocorreu na Filosofia uma crise análoga ao que se anunciou na Sociologia; a grande diferença é que o esgotamento das propostas metafísicas ocorre na passagem do Século XIX ao XX, principalmente após a

---

<sup>8</sup> Embora a Sociologia discuta mais sobre os diferentes paradigmas teóricos, a Antropologia também sentiu a repercussão do debate epistemológico das Ciências Sociais. O artigo de Roberto Cardoso de Oliveira (1995), “Antropologia e a crise dos modelos explicativos”, questiona a preocupação com o suposto desaparecimento do objeto de estudo antropológico e apresenta os paradigmas que compõem a matriz disciplinar da Antropologia (racionalista-estrutural; estrutural-funcionalista; culturalista-historicista; hermenêutico-interpretativista). É importante destacar que o autor repudia a noção de crise paradigmática e defende que a tensão entre as diversas abordagens proporciona a dinâmica e a vitalidade das pesquisas antropológicas.



**transvaloração de todos os valores** proposta por Friedrich Nietzsche na obra “Além do bem e do mal” (2005). Diante dos dilemas resultantes da filosofia pós-kantiana Nietzsche (2004) radicaliza a crítica ao método metafísico e questiona a busca pela verdade. A preocupação da filosofia nietzschiana é desmascarar a pretensão de atingir o conhecimento verdadeiro e objetivo, tal como desejam os filósofos e os sociológicos que procuram conhecer a realidade **em si, exterior, independente, objetiva e verdadeira**.

Nietzsche (2004) declara que “essa vontade de verdade, de **verdade a todo custo**, esse desvario adolescente no amor à verdade – nos aborrece: para isso somos demasiadamente experimentados, sérios, alegres, escaldados, profundos... Já não cremos que a verdade continue verdade, quando se lhe tira o véu...” (NIETZSCHE, 2004, pp. 14-15, grifo do autor). A remissão ao filósofo deve-se ao caráter extemporâneo de sua obra, que desencadeia as controvérsias instaladas na filosofia contemporânea e a posterior repercussão nas Ciências Humanas (Século XX e início do Século XXI). Nietzsche (2004) defende o **método da suspeita**, revelando que o conhecimento é uma perspectiva gerada por interesses subjetivos e interpretações conceituais sem validade objetiva.

A vontade de obter conhecimento verdadeiro remete às investigações metafísicas, enquanto questionamento sobre o que pode ser conhecido e se o conhecimento atingido corresponde à verdade. Nietzsche (2004) mostra que o desejo dos filósofos de atingir certezas indubitáveis reflete a postura moral que aprisiona os indivíduos numa sociedade niveladora, impedindo visões de mundo diferentes. A **Gaia Ciência** proporciona uma revolução copernicana, pois abala o conhecimento sobre o qual o mundo se apoiava, desafiando os **espíritos livres** a criarem novas perspectivas para a existência: “O mundo tornou-se novamente **infinito** para nós: na medida em que não podemos rejeitar a possibilidade de que ele **encerre infinitas interpretações**” (NIETZSCHE, 2004, p. 278, grifo do autor). Ao longo da história da Filosofia se desenvolveram diversas tentativas de decifrar os enigmas do mundo e da realidade; torna-se, então, necessária uma passagem pelas tendências filosóficas para compreender as relações das questões metafísicas com os problemas epistemológicos da Sociologia.

A busca pela verdade marca o início da Filosofia na Grécia dos Séculos V e IV a.C., quando se colocam em dúvida a realidade aparente e a possibilidade de fundamentar um conhecimento verdadeiro, sem recorrer aos deuses e às explicações míticas. Com esse ato fundador surge a Metafísica, seguindo o objetivo de conhecer a essência do mundo além da aparência fenomênica. Assim, a divisão entre mundo sensível (aparência) e inteligível (idéias), instaura o problema do conhecimento, ou a reflexão epistemológica.

A teoria platônica do conhecimento, embasada na diferença entre os reinos sensível e inteligível, traz pela primeira vez ao âmbito do conhecimento humano a questão da verdade; Sócrates e Platão (1971), na obra **República**, consideravam a reflexão filosófica e o método dialético as formas legítimas de superar a ignorância que aprisionava os indivíduos **dentro da caverna** (mundo sensível) para atingir a instrução verdadeira sobre a realidade (mundo inteligível).

Nos Séculos XVII e XVIII duas correntes distintas e antagônicas retomam a mesma questão filosófica: o intelectualismo e o empirismo. Nas **Meditações** e no **Discurso do método René Descartes** (1979) mostra a supremacia da razão diante dos dados sensíveis, cabendo à primeira tomar a decisão final sobre o que é **verdadeiro**. A filosofia cartesiana defende que a razão é o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, rejeitando os sentidos enganosos, pois “é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez” (DESCARTES, 1979, p. 86). Descartes (1979) procura uma certeza indubitável sobre a qual poderá erguer o conhecimento filosófico; sua busca o permite encontrar a sentença do *cogito*: “esta proposição, **eu sou, eu existo**, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito” (DESCARTES, p. 92). O racionalismo inspira-se na divisão platônica entre mundo inteligível e sensível, defendendo a supremacia da razão para obter conhecimento.

Na **Investigação acerca do entendimento humano** Hume (1980), herdeiro dos empiristas Locke e Berkeley, afirma a prioridade da experiência sensível não apenas na obtenção do conhecimento, mas defende que as **impressões** (dados obtidos por meio dos sentidos internos e externos) possuem a capacidade de decidir o que é verdadeiro. O conhecimento alcançado é fundamentado sobre hábitos psíquicos associados aos princípios

de conexão entre as idéias: “**a semelhança, a contiguidade** de tempo ou lugar, e a *causa* ou *efeito*” (HUME, 1980, p. 143); ou seja, a razão é limitada pelas impressões empíricas que fornecem os dados da realidade.

O primeiro ensejo de solução para a dualidade sujeito-objeto (instaurada com o *cogito* cartesiano) e a separação entre dados empíricos e sujeito cognoscente, se dá com a filosofia de Kant (1994). A *solução* kantiana tornou-se célebre: o **entendimento** (leia-se Razão) **sem a sensibilidade é vazio, a sensibilidade sem o entendimento é cega** (KANT, 1994). O filósofo, em sua **Crítica da Razão Pura**, mostra os erros tanto do racionalismo quanto do empirismo, ao mesmo tempo em que recupera a importância da contribuição de cada um no que tange ao conhecimento. Mas a solução kantiana provoca outra polêmica filosófica: reduz a possibilidade do conhecimento ao âmbito fenomênico (resultante da junção entre sensibilidade e entendimento), tornando assim dogmático qualquer discurso sobre o *noumeno* (coisa-em-si).

As filosofias dos Séculos XVIII e XIX são tentativas de superação da filosofia kantiana, no sentido de restabelecer as bases do conhecimento; como exemplo tem-se o Idealismo de Hegel (1966), a metafísica de Schopenhauer (2005) e a **transvaloração** filosófica de Nietzsche (2005), que rompe radicalmente com a tradição e anuncia o esgotamento da metafísica, abalando os alicerces construídos pelas certezas indubitáveis dos filósofos sobre o mundo, a realidade, o sujeito e a própria noção de verdade:

Por que não poderia o mundo *que nos concerne* – ser uma ficção? E a quem faz a pergunta: **mas a ficção não requer um autor?** – não se poderia replicar: Por quê? Esse **requer** não pertenceria também à ficção? Não é permitido usar de alguma ironia em relação ao sujeito, como em relação ao predicado e objeto? O filósofo não poderia se erguer acima da credulidade na gramática? (Nietzsche, 2005, p. 39).

#### **4 PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS: SUPERAÇÃO DA CONTROVÉRSIA**

Considerando que toda tentativa de conhecer a realidade **verdadeira** (o noumeno, a coisa em-si) tornou-se, após Kant (1994), um trabalho metafísico (se não dogmático), esse problema enfrentado pelos filósofos também atinge a Sociologia. A investigação sociológica a respeito da realidade, considerada

empiricamente, é uma tentativa de conhecer algo **em si** e, portanto, metafísica. Desse modo, ainda que o Positivismo declare o contrário, ele carrega um **preconceito** metafísico, não assumido, pois defender a existência de uma realidade exterior objetiva a ser conhecida completamente é uma herança da tradição metafísica. A Sociologia não pode simplesmente **desconsiderar** as questões enfrentadas pela Filosofia em suas diferentes tentativas de atingir a verdade. A superação dos limites epistemológicos, conforme o panorama apresentado, impulsiona a reformulação dos sistemas que fundamentam a Filosofia e promove mudanças no próprio pensar científico<sup>9</sup>.

A necessidade iminente de reconstruir o conhecimento filosófico no Século XX proporcionou a formação de novos fundamentos teóricos: a Fenomenologia de Husserl (2006), o método da Intuição de Bergson (2005), as ontologias fenomenológicas de Heidegger (2002), Merleau-Ponty (1984) e Sartre (1973); as diversas facetas do estruturalismo, presente tanto na Antropologia de Lévi-Strauss (1967) quanto nas arqueologias de Michel Foucault (2003), além das tendências hermenêuticas de Gadamer (1997) e Paul Ricouer (1983); são importantes exemplos de abordagens que buscam reformular as metodologias e os pensamentos sem reproduzir os preconceitos da metafísica tradicional.

Assim, a Sociologia assume o desafio de superar a metafísica e fundar uma ciência autônoma e independente, na medida em que nasce influenciada pelas tensões pós-kantianas e também recebe de herança as polêmicas desenvolvidas com a **transvaloração** filosófica de Nietzsche (2004, 2005). Após a consumação dos modelos teóricos tradicionais abrem-se novas perspectivas para pensar sociologicamente, superando as antigas limitações metodológicas.

---

<sup>9</sup> Segundo Boaventura de Sousa Santos (1985) o final do Século XX sofreu a crise do paradigma dominante da racionalidade científica moderna, no qual imperava a visão mecanicista do mundo e do controle da ciência e da tecnologia sobre a sociedade. Boaventura apresenta o paradigma emergente da pós-modernidade, que anuncia o **conhecimento prudente para uma vida decente** e defende que os cientistas devem assumir o mundo desconhecido em transição ao Século XXI, buscando maior autoconhecimento. Ainda sobre a sociedade pós-moderna, Michel Maffesoli (1998) afirma o nascimento do **raciovitalismo** capaz de apreciar a realidade social, sem julgamentos morais; a análise sociológica se liberta da lógica do *dever-ser* e assume a postura do *deixar-ser*, mostrando as contradições sociais e os aspectos trágicos da existência. Ambos os autores partem do diagnóstico sobre a ruptura com os ideais modernos e elogiam as novas perspectivas abertas com a pós-modernidade, reforçando a diversidade epistemológica das Ciências Sociais.

O reconhecimento de que as teorias sociológicas atingiram uma espécie de colapso mostra que, equivocadamente, as abordagens utilizadas pelos pesquisadores almejavam a validade objetiva do conhecimento sociológico, seu *status* de conhecimento verdadeiro (objetivo) da realidade. Eis, então, a origem do problema epistemológico. A tentativa inicial de superar a Filosofia se deu com o assentimento de um **prejuízo metafísico**, e tal prejuízo, malgrado todas as tentativas de **autonomização** da Sociologia, é na verdade a razão das dificuldades de pensar uma epistemologia própria das Ciências Sociais, visto que já havia diversidade metodológica e teórica desde o seu surgimento.

Afinal, as teorias sociológicas sentiram posteriormente a repercussão de uma crise sofrida pelas filosofias? Os caminhos aqui percorridos mostram que a noção de crise é comum nos momentos de rupturas e consolidação de novos modelos de conhecimento. No entanto, defender a crise paradigmática nas Ciências Sociais pressupõe pensar que houve uma sucessão de paradigmas dominantes que centralizariam os debates teóricos para ocupar um lugar hegemônico. Ao contrário, os diferentes referenciais de pesquisa existem simultaneamente e indicam as escolhas teóricas defendidas por cada autor, gerando resultados que podem ser confrontados nas discussões científicas.

As mudanças epistemológicas devem oferecer um horizonte mais amplo através do qual a Sociologia pode repensar suas bases. Noutras palavras, a Sociologia herdou os males originados em sua fundação, devido ao objetivo de superar os métodos filosóficos (metafísica) a partir *da Filosofia*, sem, contudo, acompanhar as críticas que a própria Filosofia voltou contra si mesma. Ou seja, a solução da controvérsia epistemológica da Sociologia pode ser encontrada justamente onde, inicialmente, sua procura era barrada: nas fundamentações filosóficas atuais e nas diversas perspectivas e interpretações não-consensuais. Finalizando, e sem pretender esgotar o assunto, uma possível **transvaloração sociológica** permite enfrentar as disputas por legitimação do conhecimento e desmascarar os pressupostos dos discursos que reivindicam objetividade e veracidade sobre as infinitas e fictícias criações humanas.



## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. "O novo movimento teórico". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 4, v. 2, junho de 1987. Tradução de Plínio Dentzien.

BERGSON, Henri. **A Evolução Criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Tradução de Bento Prado Neto.

DESCARTES, R. **Meditações**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)

DURKHEIM, E. **Sociologia**. Coletânea de J. A. Rodrigues. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003. Tradução de Roberto Machado.

GADAMER, H-G. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Tradução não identificada. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 1998. Tradução de Cibele Saliba Rizek.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia de lo Espiritu**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1966.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo** (Parte I e II). Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Tradução de Antonio Sérgio. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)

HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2006. Tradução de Márcio Suzuki.

IANNI, Octavio. "A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº13, v. 5, junho de 1990.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LÉVI-STRAUSS. **Antropologia estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires.

- MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Tradução de Albert C. M. Stuckenbruck. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARX, Karl. **História** (Coletânea de Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1979.
- MERLEAU-PONTY, M. **O Visível e o Invisível**. Tradução José Arthur Giannotti e Armando Mora D' Oliveira. São Paulo: ed. Perspectiva S.A., 1984.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Tradução de Paulo César de Souza.
- \_\_\_\_\_. **Além do Bem e do Mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Tradução de Paulo César de Souza.
- OLIVEIRA, R. Cardoso de. **Antropologia e a crise dos modelos explicativos**. Estudos Avançados 9 (25), 1995.
- PAIVA, Luís Henrique. **Weber e Popper**: Filosofia das Ciências Sociais. Piracicaba: Unimep, 1997.
- PLATÃO. **A República**. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores)
- RICOUER, Paul. **Temps et Récit**. Paris: Seuil, 1983.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Conferência de abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra, 1985.
- SARTRE, Jean-Paul. **Obras escolhidas**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Tradução de Vergílio Ferreira. (Coleção Os Pensadores)
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: UNESP, 2005. Tradução de Jair Barboza.
- WEBER, M. **A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais**, in Gabriel Cohn (org.), Weber. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn, São Paulo: Ática, 1979.